

O Museu Mello Leitão e a institucionalização da biologia no Brasil: práticas científicas, militância ambiental e a consolidação de um novo campo do saber

The Mello Leitão Museum and the institutionalization of biology in Brazil: scientific practices, environmental activism, and the consolidation of a new field of knowledge

ALYNE DOS SANTOS GONÇALVES

Universidade Federal do Espírito Santo | UFES

RESUMO Este artigo propõe uma análise histórica sobre o processo de institucionalização das ciências biológicas no estado do Espírito Santo, a partir da fundação do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, em 1949, pelo naturalista Augusto Ruschi. Considerando as contribuições dos estudos sociais das ciências, compreende-se aqui as observações e experimentações nas áreas de conservação de florestas e reprodução de beija-flores em cativeiro como práticas científicas inseridas em um contexto sociopolítico particular, as quais contribuíram para o processo de especialização da biologia como área específica das ciências naturais.

Palavras-chave institucionalização da biologia no Brasil – Museu de Biologia Professor Mello Leitão – Augusto Ruschi – estudos sociais da ciência.

ABSTRACT This paper consists of a historical analysis of the process of institutionalization of biological sciences in the Brazilian state of Espírito Santo, taking as its starting point the establishment of the Biological Museum Prof. Mello Leitão by naturalist Augusto Ruschi, in 1949. Taking into account insights of the social studies of science, we interpret observations and experiments carried out on areas of forest conservation and domesticated reproduction of hummingbirds as scientific practices embedded in specific social and political contexts. We argue that such practices contributed to the process of specialization of biology as a discrete domain of the natural sciences.

Keywords institutionalization of biology in Brazil – biological Museum Professor Mello Leitão – Augusto Ruschi – social studies of science.

Introdução

Mais uma vez, agradecemos à V. Excia. o alto interesse de cooperar com este Instituto Científico, que vem nascendo solidamente, graças ao alto espírito e grande alcance em que são colocadas as ciências biológicas no setor do Governo deste Estado. ¹

Há um discurso secularmente construído sobre a ciência que a concebe como um sistema de enunciados sobre a realidade, no qual a dimensão abstrata é supervalorizada e os procedimentos científicos são plenamente explicitáveis e passíveis de serem reproduzidos a qualquer tempo e lugar. A “visão padrão” de ciência – um conhecimento objetivo, universal, que evolui de maneira sempre progressiva e acumulativa –, consolidada pelo Positivismo e pelo cientificismo dos séculos XIX e XX, concebe o processo científico como um fluxo único e contínuo de sucessão de enunciados e procedimentos aceitos como “verdadeiros”, ignorando, omitindo ou descartando os reveses, os problemas e métodos alternativamente propostos e igualmente constituintes desse processo. É esse tipo de pressuposto que nos induz a pensar n’A Ciência e n’O método científico – no singular e com letra maiúscula –, estabelecidos por uma “comunidade científica”, cujos membros *cooperam* entre si de maneira *desinteressada*, para o bem da ciência e da humanidade².

A partir do final da década de 1960 e início da de 1970, essa ideia de ciência passou a ser sistematicamente combatida, quando pesquisadores identificados com os chamados “estudos sociais das ciências” assumiram-na como uma *prática social*, desenvolvida por seres humanos em interação com o mundo e com outros seres humanos, cujos enunciados, procedimentos e produtos são/estão compreendidos na intersecção entre as esferas política, econômica, cultural. Segundo essa abordagem, as ciências compreendem uma multiplicidade de saberes tácitos, nem sempre formalizáveis, transmitidos pela aprendizagem prática. Desse modo, aquele que pratica as ciências é alguém que foi aculturado num conjunto de técnicas e habilidades manuais, conhecimentos materiais e sociais compartilhados por uma comunidade, uma escola, uma tradição, uma época e lugar; alguém que compartilha modos padronizados de acessar o real e atos de percepção e interpretação contextualmente situados, localmente produzidos, muitas vezes irredutíveis uns aos outros³.

No Brasil, a história das ciências era apresentada desde a década de 1950 como o estudo da evolução do “conhecimento crítico e experimental” da ciência moderna, no qual era comum o reconhecimento da *ciência profissional* apenas a partir do período republicano, sobretudo com o estabelecimento das universidades brasileiras, nos anos 1930, momento em que teria havido um apoio político mais decidido e uma base social mais sólida para o desenvolvimento da mesma. Entretanto, com a incorporação das contribuições dos “estudos sociais das ciências” no final dos anos 1980, começou-se a “trabalhar a ciência como prática social contextualizada que se universaliza em um processo de transformações e adaptações”⁴, fortalecendo, assim, os estudos sobre o uso de padrões de cientificidade próprios a diferentes épocas e lugares.

No caso específico da história das ciências naturais no Brasil, seu desenvolvimento esteve diretamente ligado ao surgimento dos primeiros museus de história natural, jardins botânicos, institutos agrícolas, comissões geográficas e geológicas, etc. – instituições surgidas a partir das primeiras décadas do século XIX, dedicadas a conhecer, explorar e catalogar as riquezas naturais, arqueológicas e etnográficas brasileiras⁵. Essas instituições tiveram papel fundamental na formalização de determinados conteúdos e práticas científicas – vale dizer, no estabelecimento de *modelos* para o fazer científico no Brasil.

Nesse particular, o papel desempenhado pelo Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) – “o primeiro instituto de pesquisas em Ciências Naturais no Brasil, representante de uma tradição naturalista”⁶ – merece, sem dúvida, lugar de destaque, tanto pela organização de importantes coleções de história natural e pelo desenvolvimento pioneiro de práticas de ciência experimental, quanto pelas intervenções de seus cientistas nos debates e projetos para a construção de uma Nação brasileira moderna, nos moldes das “civilizações” europeias.

Para os fins do presente artigo, destaco que foi no MNRJ que o cientista capixaba Augusto Ruschi (1915-1986) recebeu formação acadêmica na área de Botânica, além de ter aí trabalhado como naturalista e professor da Seção de Botânica durante 40 anos. Nessa instituição, Ruschi começou a construir uma importante rede de relações e intercâmbios científicos com pesquisadores e instituições nacionais e estrangeiras, à qual somou uma segunda rede de relações constituída por importantes lideranças políticas. A partir dessas redes, empreendeu o ambicioso projeto de fundar um museu particular de história natural no estado do Espírito Santo, onde, além do colecionamento, classificação e exposição de espécimes da Mata Atlântica, foi desenvolvendo observações e pesquisas experimentais em uma área relativamente nova das ciências naturais: a biologia – um campo de conhecimento que ganhou *status* acadêmico em terras capixabas apenas no final dos anos 1960, com a criação do curso superior em ciências biológicas na universidade local⁷.

O ponto central deste artigo é, pois, compreender o processo de institucionalização das ciências biológicas no estado do Espírito Santo, considerando, por um lado, o contexto nacional de especialização das ciências naturais a partir da valorização das práticas experimentais de pesquisa no âmbito dos museus de história natural e, por outro, a fundação do *Museu de Biologia Prof. Mello Leitão* (MBML), em 1949, e, com ele, a criação de seu principal veículo de divulgação científica: o *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão* (BMBML). Para tanto, sirvo-me da conceituação desenvolvida pela professora Sílvia F. M. Figueirôa, segundo a qual o processo de institucionalização das ciências compreende a

[...] implantação, desenvolvimento e consolidação de atividades científicas em um determinado espaço-tempo histórico. Tal processo, por conseguinte, implica o estabelecimento de uma rede de sustentação das atividades, cujos elementos mais visíveis são as chamadas instituições científicas, mas onde estão igualmente presentes os diferentes apoios e rejeições dos grupos sociais, a comunidade científica, os interesses privados e os do Estado e seus mecanismos de efetivação, entre outros⁸.

A partir dessa conceituação, meu esforço aqui é analisar historicamente como o MBML constituiu-se em um local que articulou pesquisa experimental, observação da natureza, iniciativas para a conservação da Mata Atlântica e interesses sociopolíticos representados por outras instituições que lhe deram suporte político e financeiro – incluindo interesses do Estado, conforme se lê na epígrafe que abre este texto. Na medida em que os conhecimentos e produtos elaborados no museu de Ruschi respondiam às questões científicas e às demandas socioeconômicas da época, tais conhecimentos foram sendo reconhecidos como válidos e verdadeiros, permitindo sua continuidade no tempo e sua circulação social, de modo a consolidar-se institucionalmente.

Entre esses conhecimentos e produtos, destaco aqui a criação e reprodução de beija-flores em cativeiro e a idealização e demarcação de reservas biológicas de proteção integral da flora e fauna capixabas. O primeiro destaque se justifica pelo interesse científico e social despertado pelas técnicas desenvolvidas a partir das observações e experimentações com beija-flores: o MBML surgiu como uma espécie de fornecedor de diferentes produtos de história natural – em especial, de beija-flores – para outros museus, instituições de pesquisa e cidadãos do Brasil e do mundo, e tornou-se referência na divulgação de técnicas de captura, transporte, alimentação e reprodução dessas aves, bem como de conhecimentos sobre seu comportamento, *habitat* e importância para a conservação da natureza. O segundo destaque justifica-se, por sua vez, pelas relações políticas – notadamente com o governo do estado do Espírito Santo – construídas ou consolidadas ao longo de um trabalho de levantamento e seleção de áreas naturais a serem preservadas na região. A catalogação e diagnóstico dessas áreas, bem como os estudos em ecologia nelas desenvolvidos, credenciaram o MBML e seu “diretor perpétuo” como atores aptos a participar na determinação dos limites geográficos da exploração socioeconômica no estado, e, por outro lado, como produtores de saberes considerados *válidos* sobre temas ligados à conservação do meio ambiente.

215

A fundação do Museu Mello Leitão: redes institucionais, apoios políticos e financeiros

Em termos mais gerais, podemos dizer que a criação do MBML esteve inserida em um contexto nacional de especialização das ciências biológicas, no qual a importância atribuída à história natural no século XIX foi sendo deslocada para a ênfase no estudo dos seres vivos, na primeira metade do século XX. Candido F. de Mello Leitão falava de um processo de especialização das ciências biológicas (na Europa ocidental) a partir do surgimento de “novas ciências” e de novos temas de pesquisa ao longo da primeira metade do século XIX, notadamente a geografia botânica de Humboldt, o estudo dos invertebrados de Lamarck, a anatomia comparada de Curvier, a fisiologia experimental de Claude Bernard, a histologia de Bichat e Henle, a parasitologia animal de Leuckart, entre outros⁹.

Por seu turno, Regina Horta Duarte afirmou que, no Brasil, o grande impulso das ciências biológicas ocorreu nas primeiras décadas do século XX, diante de um contexto de expansão das fronteiras socioeconômicas para o interior do

país, com a construção de ferrovias e linhas telegráficas, bem como de sérios problemas de saúde pública provocados pelo fenômeno da urbanização de cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. Se, por um lado, o processo de interiorização do Brasil catalisou a discussão sobre o conhecimento e aproveitamento de nossas riquezas naturais, a constituição racial do povo brasileiro, a integração entre cidade e campo, as transformações necessárias para conquistarmos a modernidade simbolizada pelas nações europeias, por outro lado os problemas enfrentados com as pragas agrícolas que assolavam as lavouras de café em expansão e com as endemias de febre amarela, febre tifoide, cólera, varíola, peste, tuberculose e sífilis que castigavam as populações urbanas propiciaram um ambiente favorável à valorização da medicina, das investigações laboratoriais e das ciências biológicas como norte saneador e civilizatório¹⁰.

Segundo Duarte, entre os anos 1920-1940 o Museu Nacional do Rio de Janeiro consolidava um processo de transição em seu modelo institucional, deixando de ser principalmente um “repositório de objetos”¹¹ para converter-se em um museu que aliava coleções, atividades de pesquisa laboratorial, consultoria governamental para o desenvolvimento de políticas públicas e funções pedagógicas voltadas para a instrução das massas. Nesse momento, portanto, a fisiologia, a microbiologia, a entomologia aplicada à agricultura, entre outras, bem como a difusão de conhecimentos práticos em botânica, zoologia e cuidados com o meio ambiente foram adquirindo importância cada vez maior, de modo que a biologia – enquanto disciplina específica das ciências naturais – foi assumindo um peso fundamental na compreensão dos problemas nacionais então vividos e, conseqüentemente, na conformação dos diagnósticos e soluções para os mesmos.

No caso específico dos cientistas do MNRJ, o movimento empreendido pela especialização dos conhecimentos sobre o mundo natural, em detrimento do saber “generalista” e essencialmente descritivo dos naturalistas do século XIX, permitiu que eles se inserissem nos debates nacionais como atores altamente credenciados pela *ciência da biologia* para pensar os desafios e o futuro do Brasil. Porque empreendiam excursões científicas por todo o país – especialmente pelo sertão e outros interiores esquecidos –, “descobrimo” e identificando suas riquezas naturais e sua gente, esses cientistas estavam convictos de que um projeto de Nação brasileira deveria estar baseado no conhecimento científico, na exploração racional dos recursos naturais, na popularização de técnicas e saberes necessários para melhorar as condições de vida e produção da população. Dessa maneira, a biologia foi conquistando para si um papel político

*[...] num tempo em que ainda predominava a denominação de “história natural” para o estudo da fauna e da flora, e não havia cursos específicos para a formação de biólogos. [...] Para eles [os cientistas do MNRJ], as exsiccatas, insetos arrumados e animais empalhados nos armários e estantes do Museu Nacional pareciam apenas uma primeira etapa do conhecimento, à qual se seguiria uma abordagem mais complexa, configurada como estudo da vida (bio + logos). O colecionismo estático e descritivo da história natural lhes parecia insuficiente para responder às questões que se colocavam, insatisfatório para as tarefas que queriam empreender e para o papel que desejavam ocupar na sociedade.*¹²

A fundação do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, em 1949, pode ser situada dentro desse processo de transição para um novo modelo de museu: muito embora as coleções e práticas naturalistas ainda gozassem de grande importância, a ênfase da nova instituição se deslocava para a pesquisa experimental e para a vulgarização da ciência, mediante funções pedagógicas assumidas em seu estatuto. Em outras palavras, o MBML manteve a tradição naturalista herdada do MNRJ ao dedicar-se ao mapeamento e estudo dos recursos naturais do Espírito Santo¹³ – praticamente inexplorados cientificamente –, mas, a essa tarefa, acrescentou atividades pedagógicas¹⁴ e estudos experimentais relativos, por exemplo, a métodos biológicos para o controle da raiva bovina transmitida por morcegos hematófagos¹⁵.

De fato, o contexto científico e cultural do início do século XX, bem como a própria inclinação de Ruschi para o trabalho ao ar livre, levaram-no a deslocar sua atenção prioritária da taxonomia e da sistemática¹⁶ – conhecimentos que o haviam seduzido numa primeira aproximação com as ciências naturais – para a biologia das epífitas e dos beija-flores e, na sequência, para a ecologia, a biogeografia e a conservação da natureza. Autodidata em estudos botânicos e zoológicos, Ruschi fazia ciência fundamentalmente por meio do contato com a floresta, com os bichos e com os livros especializados que lia por conta própria. Ao tentar traduzir os resultados de suas observações e experimentos para o papel,

demonstrava certa dificuldade em dominar a linguagem, as convenções, os métodos, os conceitos e demais exigências estabelecidas para credenciar o conhecimento como “científico”, conforme veremos adiante.

Dez anos antes de fundar seu museu particular na pequena cidade de Santa Teresa, localizada no interior serrano do estado do Espírito Santo, o jovem Augusto – um teresense de 24 anos, descendente de imigrantes italianos, ainda estudante do curso de agronomia na cidade de Campos, Rio de Janeiro¹⁷ – ingressava no Museu Nacional como assistente voluntário¹⁸. Recomendado pelo renomado zoólogo Candido Firmino de Mello Leitão; gozando da chancela do influente líder político capixaba, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg¹⁹; e acolhido pela respeitada diretora do MNRJ, Heloísa Alberto Torres, Ruschi parecia ter uma carreira bastante promissora naquela que era uma das principais instituições de pesquisa do Brasil de então. Entretanto, preferiu concentrar seus estudos no estado natal:

Terminada essa fase [de ingresso no MN], [...] comecei a estudar os beija-flores, porque tinha uns que polinizavam orquídeas e que eu me interessava por conhecer. E fiz dois trabalhos logo, em poucos meses. Mas logo pedi a minha demissão do Museu, porque eu não aguentava quatro paredes, ficar lá fazendo só aquilo. Eu queria é contato com a natureza. Então, a doutora Heloisa Torres e a Congregação do Museu acharam por bem aceitar a minha sugestão. Eu disse o seguinte: Eu quero fazer um trabalho, uma monografia de orquídeas, mas que tenha biologia, entomologia, tudo da orquídea. Eu vou pegar tudo que tem contato com as orquídeas. Eles aceitaram. Então eu disse: é um trabalho para 45 anos. Todo mundo se assustou. Aí eu disse: vou explicar por que. É porque nas orquídeas do Espírito Santo – são mais de quinhentas – eu vou encontrar os polinizadores, às vezes, a 27 metros de altura. [...] comecei com orquídeas e depois fui estudar a biologia do beija-flor.²⁰

Na citação acima, Ruschi indica as razões que lhe levaram a optar por construir sua carreira de naturalista primordialmente na periferia dos grandes centros científicos e acadêmicos, elegendo o estado do Espírito Santo como sua área de investigação por excelência – muito embora tivesse tido a possibilidade de utilizar, de maneira mais direta, as estruturas do renomado Museu Nacional, no Rio de Janeiro²¹, aumentando suas chances de conquistar maior visibilidade e respeitabilidade junto a seus pares. Mas há mais. Meses antes de inaugurar o MBML, Ruschi manifestava a dúvida entre continuar no quadro de funcionários do MNRJ ou permanecer no Espírito Santo. Diante da indecisão, o conselho dado pelo amigo Aloysio de Mello Leitão revelou que a liberdade de pesquisa em uma estrutura institucional própria e a questão da remuneração também estavam em jogo e deveriam ser consideradas:

Não fiquei surpreso com a atitude da direção do Museu. Já era de se esperar. Melhor assim. Caso não consiga acomodar as coisas ao seu gosto peça demissão. Não vejo vantagem na continuação no Museu. Ele precisa mais de você que você dele. [...] Estivesse eu no seu caso e tivesse aí a projeção e o conceito seus que nunca pensaria em abandonar meu Estado. [...] O nome que você aumentará será feito tanto aqui como aí... Seu laboratório será sempre o campo onde você se sente feliz e não uma sala sem ar e com pouca luz. Você é biólogo e não taxionomista ou catalogador de coleções. Procure estar sempre em contato com os verdadeiros cientistas de todas as partes do mundo que seu nome terá a mesma projeção quer trabalhe no Museu Nacional quer em sua própria casa. Hoje em dia é o cientista que faz o Instituto e não este que forma aquele. Você está destinado a grandes realizações e não pode ser escravizado a caprichos de burocratas. Só com o que já fez se tornou digno de maior consideração por parte de seu diretor. [...] Qual seria aqui o seu futuro? Pensemos otimisticamente. Naturalista do Museu Nacional, padrão I ou J, vencimentos de pouco mais de 3.500 cruzeiros mensais. No fim de 20 anos letra O com 8.400 e toda a mocidade sacrificada. Com 3.500 cruzeiros é difícilimo de se manter aqui no Rio. Seria necessário arranjar mais um emprego. Onde? Provavelmente em Manguinhos. Com quanto? Quando? Para mim o mais importante é que aí você não terá chefe (destaque no original).²²

Assim, se a riqueza biológica da quase inexplorada natureza capixaba, a baixa remuneração oferecida pelo MNRJ e a possibilidade de ser o próprio chefe foram elementos decisivos para que Ruschi decidisse permanecer em seu estado natal, não é absurdo supor, por outro lado, que ele também tenha feito uma avaliação mais pragmática das possíveis vantagens científicas daí advindas. Refiro-me especificamente à possibilidade de publicar mais artigos científicos – ou

ao menos, publicá-los com maior facilidade e rapidez. Afinal, se descobrir novas espécies para a ciência, elaborar enunciados e metodologias de pesquisa inovadoras eram e são variáveis relevantes para se construir uma carreira acadêmica de sucesso, o número e a qualidade das publicações são, a um só tempo, a materialização daquelas descobertas e os indicadores desse sucesso. Para além da importância efetiva das pesquisas desenvolvidas pela instituição biológica que nascia no Espírito Santo, seus produtos precisavam do reconhecimento da “comunidade científica” – ou, na terminologia de Pierre Bourdieu, de seus pares concorrentes²³ – para merecerem o “selo” de científicos e, com isso, conquistarem apoios institucionais e financeiros para sua continuidade e divulgação. Tal reconhecimento, atribuído a partir de critérios como originalidade e prioridade nas descobertas, era e é normalmente medido pela quantidade e qualidade das publicações de cada cientista –, sobretudo se elas forem aceitas por revistas ou selos editoriais considerados seletivos ou rigorosos.

Por essa dinâmica, a precipitação de certos autores em publicar seus trabalhos pode ser em grande medida explicada pelo temor de serem ultrapassados pela concorrência. Em meio século de atividade profissional, Augusto Ruschi publicou algo em torno de quatro centenas de trabalhos científicos²⁴ e fazia muita questão de destacar isso, em cartas, discursos e entrevistas²⁵. A constante exibição desses números não parece ter sido apenas uma questão de vaidade, mas uma forma de responder à própria lógica do meio científico e acadêmico: quanto mais se publica, mais se tem o reconhecimento da “comunidade”. Um dado que não nos pode escapar, porém, é que a esmagadora maioria dos artigos de Ruschi foi publicada no Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão (BMBML), um veículo de divulgação controlado exclusivamente por ele.

O BMBML foi lançado no mesmo dia da fundação do Museu – 26 de junho de 1949. Como manifestação de civismo e da convicção pessoal de que estas duas obras seriam importantes contribuições para o engrandecimento de sua cidade natal, Ruschi fez questão de coincidir a fundação do Museu e o lançamento do Boletim com a data do aniversário de fundação de Santa Teresa – naquele ano específico, tratava-se do 74º aniversário²⁶. As três primeiras publicações – todas datadas de 26 de junho de 1949 – abriram as séries Atos Administrativos (que contou com apenas um número) e Proteção à Natureza (números 1 e 1A, relativos, respectivamente, à defesa e desenvolvimento do “Patrimônio Florestal do Estado do Espírito Santo” e à criação das Reservas Florestais e Biológicas capixabas). Obedecendo, basicamente, à mesma estrutura e layout verificados no Boletim do Museu Nacional, lançado em 1942 com as séries Antropologia, Geologia, Botânica e Zoologia, o BMBML trazia ainda as séries Biologia e Divulgação, além das duas referidas acima.

Além de Ruschi, quem mais publicava no BMBML? Em geral, cientistas que vinham desenvolver suas pesquisas de campo no Espírito Santo e que aqui encontravam o suporte infraestrutural do museu (apoio logístico, laboratórios, coleções)²⁷; ou aqueles vinculados a instituições parceiras do MBML em projetos de pesquisa²⁸; ou ainda pesquisadores interessados no estudo de beija-flores, cuja referência mundial eram os trabalhos de Ruschi²⁹. Entretanto, em levantamento feito sobre a autoria de artigos publicados no BMBML, entre 1949 e 1984 (Tabela 1), constata-se que a esmagadora maioria deles foi assinada pelo próprio Ruschi.

Tabela 1: Autoria dos artigos publicados no BMBML, entre 1949 e 1984

Séries	Quantidade	Artigos assinados por Ruschi	Artigos assinados por terceiros (individualmente ou em parceria)	Nº de pesquisadores envolvidos (exceto Ruschi)
Atos Administrativos	01	01	-	-
Proteção à Natureza	67	67	-	-
Biologia	59	56	03	04
Zoologia	116	106	10	14
Botânica	39	39	-	-
Antropologia	01	01	-	-
Divulgação	47	45	02	02
Geologia	01	-	01	04
TOTAL	331	315	16	24
Porcentagem	100%	95,2%	4,8%	-

Fonte: Elaboração própria, a partir dos artigos publicados no BMBML, disponíveis no site http://boletim.inma.sambio.org.br/index.php/boletim_mbm, acessado em janeiro de 2017.

É interessante notar que, durante os 40 anos em que foi naturalista e professor da Divisão de Botânica do MNRJ, Ruschi não publicou nenhum artigo sequer na seção de Botânica do *Boletim do Museu Nacional*. Nessas quatro décadas, sua única publicação nesse veículo foi o artigo *Novo caso de híbrido entre os troquilídeos Thalurania glaucopsis x Melanotrochilus fuscus*, na série Zoologia, em 1944, ao passo que, nesse mesmo ano, seu trabalho “Monografia das Orquidáceas do Município de Santa Tereza” fora rejeitado para publicação pelos responsáveis pela divisão de Botânica, dado o “afastamento das condições de método, clareza de exposição e precisão científica”³⁰.

Em relação ao artigo que foi efetivamente publicado, Ruschi se viu acusado de “contrafação” de um novo híbrido natural entre beija-flores. A presumida falsificação entre as espécies *Melanotrochilus fuscus* e *Thalurania glaucopsis* foi informada à Heloísa Torres pelo ornitólogo francês Jacques Berlioz, em 1949. Inicialmente, o naturalista Herbert Franzoni Berla examinou o exemplar em questão e confirmou a classificação de Ruschi. Em 1951, porém, diante de novo estudo da peça em litígio por Berlioz e seu colega, Mr. Jouanin, reiterando a hipótese de contrafação, Torres entregou o caso ao naturalista João Moogen de Oliveira, que procedeu à desmontagem de toda a “peça” do suposto híbrido, examinando “cuidadosamente o interior” da mesma. A partir desse procedimento, o cientista ratificou a hipótese do prof. Jouanin de sobreposição artificial de peles de dois animais distintos: *Chrysolampis moschitus* e *Thalurania glaucopsis*:

*O fato primordial na aceitação da contrafação tanto por Ruschi como por Berla – que conhecem de mais perto o grupo – parece ter sido o fato de ter o colecionador desonesto utilizado a cauda de um espécime albinóide, despistando o imediato reconhecimento da espécie. [...] Embora seja lamentável que o fato não tenha sido verificado na primeira oportunidade e que uma publicação tenha sido feita sem melhor censura, é evidente que engano semelhante tem sido cometido pelas maiores autoridades em zoologia. E que nos serve como ótima lição.*³¹

Embora Ruschi tenha se defendido, por meio de carta, perante a direção do Museu Nacional, ele não o fez perante a “comunidade científica” da maneira que se espera em casos de controvérsia, isto é, na forma de publicação de um artigo-resposta admitindo o equívoco ou reafirmando sua descoberta por meio de contraprovas³². Em resumo, o principal argumento de Ruschi baseou-se na apresentação dos *indícios* que o teriam levado à conclusão de tratar-se de uma nova espécie de híbrido, como suas próprias observações de “sucessivos contatos sexuais” entre as espécies *T. glaucopsis* e *M. fuscus* que possuía em cativeiro. Na mesma missiva, expressou surpresa diante da imputação de falsificação sobre ele, a partir do artigo publicado no boletim do MNRJ, uma vez que sequer houve o reconhecimento oficial/nominal de uma nova espécie híbrida: “Justamente a utilização do albinóide fez-nos, inclusive ao Prof. Moogen (naquela época) evitar o reconhecimento da espécie”³³.

Não é meu objetivo analisar aqui os meandros dessa controvérsia científica, mas sua mera ocorrência me permite supor que, talvez, esse episódio tenha se traduzido em maiores dificuldades à possível pretensão de Ruschi em publicar mais assiduamente no Boletim do Museu Nacional. Por outro lado, e sem entrar no mérito sobre a qualidade científica das produções veiculadas pelo BMBML, a criação de um canal próprio de divulgação científica também atendia, ao fim e ao cabo, às exigências do campo científico por publicações sistemáticas e originais, mormente quando inúmeras descobertas de novas plantas e animais cobravam certa rapidez para garantir o reconhecimento da prioridade de seu autor.

Por seu turno, Ruschi associava a existência e circulação do BMBML ao engrandecimento cultural e científico do Espírito Santo e, com esse argumento, garantiu o financiamento de sua impressão por parte de diversos governadores – ainda que, muitas vezes, de modo parcial ou eventual. Em carta datada de 16 de maio de 1964 ao governador Francisco Lacerda de Aguiar, solicitou autorização para a redução de 50% no valor da impressão do boletim junto ao Departamento de Imprensa Oficial, pois tal publicação era “distribuída gratuitamente para todas as instituições de pesquisas biológicas do mundo, e levam sem dúvida o nome do Estado do E. Santo, com muita significação e importância à cultura científica internacional.” Já na missiva de 20 de agosto de 1968, endereçada ao governador Christiano Dias Lopes Filho, solicitava que o BMBML fosse publicado pela Imprensa Oficial sem custos para o Museu, pois que “[...] no Governo do Dr. Jones dos Santos Neves, foi iniciada a publicação do referido Boletim, sem ônus para o Museu e que também [em] outros Governos subsequentes esse Boletim foi de igual forma publicado na Imprensa Oficial”.³⁴

Em relação aos seus pares-concorrentes, Ruschi também buscava, além do reconhecimento para seu boletim, atrair o interesse dos mesmos para publicar em seu canal particular de divulgação científica. Na correspondência de 25 de fevereiro de 1977 que enviou a José Candido de Mello Carvalho – um dos zoólogos mais importantes do Brasil, diretor do Museu Nacional entre 1955 e 1961 –, anexou cópia de uma carta recebida do Dr. Warren B. King, assistente do Presidente do Conselho Internacional de Proteção aos Pássaros, Dr. Dillon Ripley, na qual King teria comentado o papel decisivo das informações contidas no *Boletim do 27º Aniversário do Museu de Biologia Mello Leitão* para que aquela instituição considerasse seriamente a possibilidade de compra das terras da Fazenda Klabin, no norte do Espírito Santo, a fim de proteger, como defendia Ruschi, três espécies de beija-flor endêmicos da região. A intenção declarada de apresentar a mensagem de King foi atestar a credibilidade não apenas científica, mas, sobretudo, política da publicação de seu instituto – valor este que parece ter sido posto em suspeição por Carvalho.

*Unicamente o envio [a cópia da carta de King] para lembrá-lo que realmente nossos Boletins são lidos em todos os Institutos que ele está presente. Cartas assim tenho às centenas, com solicitações informativas sobre muitas publicações de nossos Boletins, de todas as Séries. Sei que deve ter falado por brincadeira, mas como surgiu quando lhe solicitei trabalho sobre sua especialidade, é lógico que ainda mais desejava valorizar nossa instituição e nosso Boletim [...]*³⁵.

Métodos de pesquisa, padrão de escrita, conceitos aceitos como válidos/verdadeiros, originalidade, reconhecimento dos pares-concorrentes, prestígio político e social, apoios financeiros e institucionais – estas são variáveis constantemente presentes no fazer científico, mas que não dispensam a análise do contexto sociopolítico local, no qual surgiu o MBML. Entre os anos de 1930 e 1950, a expansão dos cafezais para o norte do Espírito Santo, a consolidação da indústria madeireira e o crescimento das atividades siderúrgicas compuseram um panorama de tensões econômicas e sociais. Diante das disputas pela apropriação das florestas ainda existentes, o papel do Estado consistia em mediar os diversos interesses entre si, arbitrando sobre quem teria direito a avançar sobre os cada vez mais escassos estoques naturais, e em que extensão³⁶. É de se supor que, para a execução dessa tarefa, o Governo precisasse de informações qualificadas sobre a localização e demais características dos referidos estoques, para o que necessitaria dispor de indivíduos ou instituições produtoras desses conhecimentos.

A partir da década de 1940, a exploração de madeiras no Espírito Santo – atividade exercida sistematicamente no estado pelo menos desde a virada para o século XIX – foi ainda mais intensificada com a produção de dormentes para a construção de estradas de ferro, a construção naval e civil, o consumo de lenha, a obtenção de carvão para alimentar os altos fornos de fundição de minério, etc. O aumento da demanda internacional por produtos derivados do ferro e do aço, devido especialmente às exigências armamentícias provocadas pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), ensejou a criação e instalação, em 1942, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) no Espírito Santo, aumentando consideravelmente as pressões sobre as reservas naturais capixabas. Consequentemente, observou-se no estado um processo muito acelerado de destruição das florestas nativas – em especial, as do norte do estado, onde também se verificava a expansão das fronteiras para a lavoura de café: se entre os séculos XVI e XIX estima-se que o Espírito Santo tenha mantido entre 85% e 90% de sua cobertura vegetal original, na virada do XIX para o XX esse percentual havia caído para 65%, enquanto que durante a primeira metade do século XX a Mata Atlântica capixaba já havia sido reduzida a cerca de 1/3 de sua cobertura original³⁷.

A advertência secular para o perigo de escassez dos estoques naturais³⁸ começou a ser efetivamente observada no Espírito Santo a partir da segunda metade dos anos de 1930 – um momento histórico relativamente favorável a políticas de conservação da natureza, tais como aquelas capitaneadas pelo Governo Vargas, entre as quais destacam-se a promulgação do nosso primeiro Código Florestal (1934) e a criação dos primeiros parques nacionais – o de Itatiaia, em 1937; o da Serra dos Órgãos e do Iguçu, 1939³⁹. Em 1935, o interventor federal no Espírito Santo, João Punaro Bley, criou o Conselho Florestal do Estado; no ano seguinte, proibiu o corte de madeiras nas matas do Estado; em 1941, baixou o Decreto-lei nº 12.958, pelo qual criava duas reservas florestais com 100.000.000 m² cada – uma em Linhares (então, distrito de Colatina), outra em Conceição da Barra⁴⁰.

Entre o final dos anos 1930 e início dos anos 1950, Augusto Ruschi protagonizou o processo de idealização, identificação e demarcação de um segundo grupo de reservas biológicas de proteção integral da fauna e flora capixabas, durante o qual foi se credenciando científica e politicamente diante das autoridades locais para estabelecer seu próprio centro de pesquisas biológicas. Ele foi contratado pelo Secretário da Agricultura, Terras e Obras do Estado do Espírito Santo, Carlos F. M. Lindenberg, por meio da Portaria n° 38, de 27 de abril de 1938, para “prestar serviços junto ao Departamento Geral de Agricultura” daquela secretaria⁴¹. No documento não está especificado que função Ruschi deveria exercer, mas em um boletim de 1979, o cientista deu a seguinte indicação de sua relação formal com o Governo do Estado, a partir de 1938:

Daí em diante o Governo do E. Santo passou a dar atenção ao meu trabalho e auxiliou-me profundamente em minhas excursões de levantamento, colecionamento de material botânico e zoológico, dando-me condução, chauffeur e auxiliares de campo. [...] Com esses trabalhos de levantamento e de prospecção, inclusive determinando através de dados estatísticos de populações, quer da flora como da fauna, limitando-me às florestas virgens, com as espécies arbóreas de maior porte e da fauna de mamíferos, aves, répteis e anfíbios [...] terminei sugerindo a criação das Reservas Florestais e Biológicas de: Itaúnas; Córrego do Veado; Nova Lombardia; Pico da Bandeira.⁴²

O Decreto-lei n° 55, assinado em 20 de setembro de 1948 pelo Governador Carlos Lindenberg, determinou a criação de sete reservas florestais e biológicas, cujas características foram expressamente definidas no texto da lei – a saber: no município de Conceição da Barra, uma reserva de flora halófila e outra de flora sub-higrófila; no município de Barra de São Francisco, uma reserva de flora de encostas; em Santa Teresa, uma reserva de flora de contrafortes da Serra da Mantiqueira; em Castelo, uma de flora alpina; em Afonso Cláudio, outra reserva de contrafortes da Serra da Mantiqueira; e nos municípios de Lúna e Alegre, uma segunda reserva de flora alpina⁴³.

Muito possivelmente, Ruschi foi enriquecendo as coleções biológicas para o futuro museu, na medida em que procedia ao mapeamento e classificação da flora e fauna capixabas a serviço do governo estadual. Contudo, as fontes consultadas não permitem estabelecer com clareza se e em que medida houve algum tipo de separação entre os trabalhos de colecionamento e classificação feitos: a) a serviço do governo; b) a título privado, com o fim de estabelecer uma coleção particular; ou c) para abastecer as coleções do MNRJ, já que fora contratado por esta instituição, de 1939 a 1943, justamente para “realizar excursões periódicas de estudos sobre Biologia de Beija-Flores e Polinização de Orquídeas no município de Santa Tereza, Estado do Espírito Santo” – trabalho do qual deriva, inevitavelmente, o colecionamento de espécies, o preparo de exsicatas, etc. Entre 06 de julho de 1943 e 24 de julho de 1951, Ruschi assinou sucessivos contratos com o MNRJ para exercer o cargo de botânico e, tal como o primeiro contrato, realizar excursões científicas para estudos⁴⁴.

De fato, entre 1943 e 1948, período que antecedeu a inauguração do MBML, Ruschi empreendeu diversas excursões científicas⁴⁵, nas quais coletava e remetia plantas e animais não só para o Museu Nacional, mas também para outras instituições de pesquisa, como o Instituto Oswaldo Cruz, o Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, a Fundação Parque Zoológico de São Paulo, o *American Museum Natural History*, a *Société Royal d’Anvers* da Bélgica, o Instituto Botânico de São Paulo, entre outras⁴⁶. Tais excursões eram, em tese, financiadas pelo MNRJ e, se parte do acervo do futuro MBML foi colecionada nessas viagens, há de se concluir que tal acervo deriva, em grande medida, de sua condição de funcionário daquela instituição⁴⁷. Entretanto, o naturalista se ressentia com amigos da falta de apoio financeiro por parte do Museu Nacional. Em 17 de setembro de 1968, por exemplo, escrevia ao ornitólogo alemão Helmut Sick para esclarecer-lhe sobre o material coletado em suas excursões:

Com relação ao material ali colecionado [na “Fazenda do Caboclo”, município de Conceição da Barra], algum foi incorporado à coleção do Museu Nacional, outro se encontra no Museu Mello Leitão, e naturalmente, que nunca foi possível preparar senão uma pequena parte do mesmo, pois jamais o Museu Nacional quis financiar ou contribuir para uma só excursão que realizei, durante esses 30 anos que ali trabalho e talvez compreendam o prejuízo que puderam ter, pois essas coleções poderiam constituir de grande valia nos dias atuais, mas o principal foi feito, salvar algo e dar resultados científico-ecológicos a respeito.⁴⁸

Ruschi se ressentia, ainda, dos recorrentes problemas para receber os vencimentos que lhe eram devidos pelo MNRJ, bem como a verba empregada na construção e manutenção da *Estação Biológica do Museu Nacional* – EBMN (hoje, Estação Biológica de Santa Lúcia – EBSL), da qual era representante legal. De fato, uma série de correspondências trocadas entre ele e a diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres, atesta os problemas financeiros por ele enfrentados, como se pode ler em uma carta de 01 de agosto de 1947: “São quase dois anos que não percebo vencimentos, o que bem poderá V. Exa. calcular como não é agradável para um funcionário”⁴⁹.

E o problema parece ter se arrastado, de alguma maneira, ao longo de décadas, como indicam dois relatos de um insatisfeito Ruschi a diretores do MNRJ, por ter que sozinho assumir os custos de manutenção da dita estação biológica. No primeiro, escreve para o Dr. Luiz de Castro Faria em 03 de março de 1967 solicitando – “como fizera aos demais diretores do Museu Nacional” – uma verba de Nr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros novos) para custear guardas e trabalhos de pequeno porte na Estação Biológica do Museu Nacional, “pois, desde 1942, que particularmente, venho fazendo todas as despesas”. E repete a queixa em 03 de junho do mesmo ano para o sucessor de Faria, Dr. José Lacerda de Araújo Feio:

*Reconheço, entretanto, que as verbas que sempre foram destinadas ao Museu Nacional, são insuficientes para os trabalhos e excursões que tão necessárias se fazem sentir aos pesquisadores, mas, também observo com muito carinho, que após quase trinta anos de existência da EBMN, desde 1942, não se deu um centavo de verba para o menor trabalho ou serviço de emergência que ali se desejasse realizar.*⁵⁰

Se as fontes de financiamento para as primeiras coleções de história natural do MBML são um tanto nebulosas, alguns documentos encontrados nos arquivos do MNRJ permitem ao menos a clareza dos aportes desta instituição para a constituição da estrutura inicial do MBML – notadamente no que diz respeito à compra e estabelecimento da Estação Biológica do Museu Nacional⁵¹, onde Ruschi realizaria grande parte de suas pesquisas sobre biologia de beija-flores; e à instalação de estrutura física relativa a orquidário e laboratório. Em diferentes correspondências enviadas à diretora Heloísa Alberto Torres, entre os anos de 1940-1942 e 1947-1948, Ruschi remeteu diversos comprovantes de gastos e prestações de contas, a maioria deles relativo ao pagamento de materiais e serviços para a construção da EBSL, bem como aos gastos com água, luz e aluguel de laboratórios e dependências da Chácara Annita. Em um desses dossiês aparece, por exemplo, uma relação de despesas correspondentes aos meses de maio a agosto de 1942 no valor total de 400 mil reis – incluindo aí um recibo assinado pelo sr. José Ruschi, pai de Augusto e proprietário da chácara, no valor de 100 mil reis, datado de 2 de junho de 1942, “proveniente do aluguel da Chácara Annita, onde si acham instalados *Orchidario e laboratório da Estação Biológica da Sociedade dos Amigos do Museu*”⁵².

Nos anos 1950 e 1960, além das subvenções federais concedidas ao MBML⁵³, Ruschi pôde ainda contar com o apoio do governo estadual para construir parte da estrutura física necessária ao funcionamento de seu museu. Em 28 de junho de 1951, escreveu ao então governador Jones dos Santos Neves solicitando auxílio financeiro para custear a construção do Pavilhão de Botânica Florestal *Graciano dos Santos Neves*. Poucos meses depois, em 03 de novembro de 1951, Santos Neves assinava despacho favorável à construção do dito pavilhão, o qual viria a ser inaugurado em 1954, com a ilustre presença do chefe do governo estadual.

*[Neste pavilhão estariam] representadas todas as nossas madeiras de lei, cerca de 400 espécies; ali serão expostas permanentemente, em tóros naturais, com a casca original, e de um metro de altura, com o máximo de 2 metros de diâmetro para as essências florestais como a peroba, o jequitibá e outras de porte gigantesco; [...] Além disso, ainda haverá o material herborizado (flores-fruto-folha) num mostruário próprio. Será uma cousa sui generis e que interessará não só ao Mundo Científico mas aos Industriais Madeireiros e a uma série de problemas sociais-econômicos, relacionados com a distribuição de cada espécie, e o seu potencial existente nas florestas do E. Santo.*⁵⁴

Em 10 de dezembro de 1956, o Secretário da Agricultura, Oswaldo Zanello, oficiou a Ruschi para lhe informar que o valor de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) havia sido incluído na Proposta Orçamentária do Governo, para

instalação do laboratório do Museu Mello Leitão. E em 08 de fevereiro de 1960, Ruschi cobrou ao governador Carlos F. M. Lindenbergh “o pagamento da verba destinada a este Instituto de Pesquisas Científicas Biológicas”, no valor total de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), destinada à conclusão de laboratório de pesquisas biológicas do Museu⁵⁵.

Ao apoio político e financeiro emprestados ao MBML, houve, evidentemente, diferentes tipos de contrapartidas – entre as quais responder a demandas identificadas com determinados setores socioeconômicos, como indicado na citação acima, talvez fosse das menos visíveis. A importância científica, cultural e turística da instituição atraía para o estado do Espírito Santo o vivo interesse e a presença tanto de pessoas comuns⁵⁶, como de chefes de Estado, embaixadores, importantes personalidades do mundo acadêmico e político, entre outros⁵⁷. Por outro lado, Ruschi era frequentemente acessado por autoridades públicas do estado e do país, fosse para prestar informações ou consultorias informais sobre temas ligados à natureza⁵⁸, fosse para implantar viveiros de beija-flores para embelezamento da cidade, como veremos a seguir.

A participação do MBML no desenvolvimento de pesquisas de interesse dos atores políticos também aparece indicada no rascunho do ofício nº 104-952, de 24 de maio de 1952, que seria endereçado a Jones dos Santos Neves. Por este ofício, Ruschi encaminharia ao governador os números 18 e 19, de janeiro e fevereiro, do Boletim Informativo da Rádio Ministério da Educação, onde aparecia publicada sua conferência sobre beija-flores, proferida a convite do Ministro da Educação no curso de Divulgação Científica daquele ministério e, assim, aproveitou para reforçar a relevância de seus trabalhos para o conjunto da sociedade:

Ainda com o máximo prazer venho trazer ao conhecimento de V. Excia. que estamos com dois trabalhos científicos de grande vulto e importância, quase concluídos, para submetê-los à apreciação de V. Excia., a fim de serem publicados; trata-se de “Aves do Estado do E. Santo” e Morcegos do Estado do E. Santo. O primeiro compreenderá cerca de 1.000 páginas de texto, no qual são descritas todas as aves da nossa ornithofauna, num total de 654 espécies diferentes. No segundo trabalho estão descritas cerca de 38 espécies de morcegos do nosso Estado, este trabalho é interessante mormente pelo interesse das espécies transmissoras da raiva. Ambos já representarão uma boa parcela da Fauna e Flora do E. E. Santo, que deveremos realizar, conforme o grande desejo demonstrado por V. Excia. Em diversas ocasiões que tivemos oportunidade de falar.⁵⁹

223

No âmbito federal, as pesquisas desenvolvidas no MBML foram apoiadas financeiramente por duas instituições de peso, em dois períodos distintos: entre 1951 e 1953 foi realizado um convênio de cooperação institucional entre MBML e Ministério da Agricultura para o estudo de quirópteros (morcegos) do Espírito Santo, Rio de Janeiro, leste de Minas Gerais e sul da Bahia, com foco nos vetores transmissores da raiva bovina e seu combate biológico; e, entre 1970 e 1984, teve lugar o convênio entre MBML e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para o estudo da “flora e fauna do Espírito Santo” (1970-1984).⁶⁰

Outra fonte de financiamento utilizada por Ruschi para a estruturação de seu museu particular foi composta, como veremos a seguir, por doações e apoios diversos concedidos por grandes empresários brasileiros – uma prática relativamente comum na primeira metade do século XX, momento em que, apesar da valorização social e ideológica da ciência como instrumento para a constituição e progresso da nação brasileira, o Estado mostrou-se incapaz de assumir, sozinho, seu financiamento. Nesse contexto, a prática do mecenato científico⁶¹ por parte de empresários influenciados pelo nacionalismo vigente nos anos 1920-1940, pelos ideais do “progresso”, do vanguardismo das elites, da resolução dos problemas sociais brasileiros por meio da educação, da ciência e da cultura, redundou em diversas ações de benemerência a pesquisadores e instituições de pesquisa.

Graças a essa rede de financiamentos e apoios científicos e políticos diversos – e, claro, ao empenho e talento de Augusto Ruschi –, o MBML destacou-se não só como fornecedor de espécimes capixabas para outros institutos de pesquisa e museus de história natural, como se converteu em referência no estudo dos beija-flores, produzindo e fazendo circular técnicas de reprodução de aves em cativeiro, além de prover parques e jardins com aves domesticadas. Paralelamente, e na medida em que Ruschi empregava conceitos e práticas científicas próprias da biologia – a

compreensão da dinâmica orgânica dos seres vivos, seus hábitos comportamentais, sua interação com outros seres e com seu habitat, a distribuição geográfica de suas populações etc. –, incorporando-as à sua formação de naturalista, o museu ia ganhando destaque como instituto voltado para pesquisas em *ecologia* – essa “parte da biologia que estuda as relações existentes entre os seres animados e o habitat”⁶² –, desdobrando-a em uma importante militância política para a conservação da natureza.

De “Museu do Beija-Flor” a instituto de pesquisas da Mata Atlântica

Em uma matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 11 de maio de 1972, o jornalista Hésio Pessali sintetizou a singularidade do MBML em relação a instituições congêneres nos seguintes termos:

*Museu do beija-flor – Pela iniciativa particular de Augusto Ruschi, zoólogo, botânico e advogado, Santa Teresa tem um museu único no gênero. Lá vivem 3 mil beija-flores, embora já tenham saído outros 20 mil, encomendados por criadores de outras partes do mundo. As 32 espécies naturais da região de Santa Teresa vivem em liberdade no museu. [...] Quem entra nele tem a impressão de estar no meio de uma floresta – embora esteja dentro da cidade.*⁶³

A interação entre beija-flores e orquídeas através dos processos de alimentação/polinização – que Ruschi chamou, em 1949, de *trochilogamia* – foi o primeiro grande objeto de suas ocupações científicas, motivado, entre outros fatores, pela constatação de lacuna bibliográfica a este respeito. Segundo ele, a coleção de beija-flores do Museu teria tido origem em dezembro de 1934, quando observara pela primeira vez o beija-flor *Glaucis hirsuta hirsuta* alimentar-se do néctar da orquídea *Stanhopea graveolens* para, tempos depois, constatar que teria havido a polinização “por interferência daquele troquilídeo”: “Desde aquele instante, preocupei-me em querer estudar estas avezinhas e como nada houvesse encontrado bibliograficamente sobre a sua manutenção e reprodução em cativeiro, tratei de dar início ao seu colecionamento para ver se conseguia algo nesse sentido”.⁶⁴

Ao longo dos anos, Ruschi desenvolveu técnicas de captura e transporte de beija-flores que preservassem sua constituição física; de coleta de sangue para estudos clínicos sem que essas aves sofressem hemorragias fatais; de alimentação artificial, com proporção precisa de água e açúcar; entre outros “produtos” científicos, além de ter constatado a íntima relação entre beija-flor e conservação da diversidade biológica, por meio da polinização de diversas espécies botânicas⁶⁵. A partir da divulgação dessas pesquisas, houve um reconhecimento social que lhe rendeu o *status* de pioneiro nessa área, o assédio da imprensa, de outros cientistas e instituições de pesquisa, de governos interessados no embelezamento de seus estados e municípios e de particulares que lhe acessavam constantemente por meio de cartas, buscando informações para reproduzir em casa o sucesso experimentado por Ruschi em seu museu particular. O trecho a seguir, extraído da revista *O Cruzeiro*, ilustra bem essas afirmações:

*Graças aos 2 meses de vigília e a outros estudos da vida do beija-flor, feitos in natura, foi possível, pela primeira vez no mundo, criar colibris em cativeiro [...]. Antes, muito antes, cientistas alemães tentaram, durante 150 anos, a procriação de beija-flores em viveiros. Eles morriam após um ano de prisão. Fracasaram simplesmente porque criaram meios artificiais. O Dr. Ruschi, não. Levou anos, na mata, vivendo vida de índio, a espionar os rodeios das avezinhas multicolors. À noite, o cientista iluminava o ninho em observação de modo discreto. Improvisava um quarto-ninguante com o facho de uma lanterna, a fim de não perder a evolução dos movimentos da mamãe beija-flor no ninho. Examinava, no microscópio, a comida do filhote implume, testava a dosagem de glicose. Assim foi que pôde dar aos colibris, em regime de cativeiro, uma natureza igual à que eles tinham nas cercanias de Santa Teresa.*⁶⁶

O interesse estético e recreativo pelos beija-flores foi ainda o mote para a aproximação entre Ruschi e um importante apoiador das pesquisas desenvolvidas no âmbito do MBML: Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, dono dos *Diários e Emissoras Associados*, uma das mais poderosas e influentes cadeias de jornais, revistas, rádios e TVs do mundo, na primeira metade do século XX. Há notícia de que Chateaubriand tinha na criação de beija-flores em cativeiro “um de seus passatempos prediletos”⁶⁷, e, como também cultivava as facetas de empreendedor cultural e de “mecenas científico”⁶⁸, desdobrou aquele *hobby* em uma campanha de repovoamento de beija-flores.

Na mesma reportagem acima citada, de 17 de março de 1956, o jornalista Ubiratan de Lemos anunciou, em letras garrafas, que “O doutor Augusto Ruschi pode povoar os logradouros públicos do Rio de Janeiro de Colibris e Pirlampos”. Era a chamada para a campanha de repovoamento de beija-flores – segundo a publicação, idealizada por Assis Chateaubriand durante um evento no *Seabra’s Clube*: “O Rio contará com mais um atributo de beleza: será a única metrópole do mundo habitada por colibris educados e iluminada por vagalumes. Sim, o Dr. Ruschi garantiu que, em 3 dias, aprisionará 10 mil pirlampos no Vale do Rio Doce. As criaturinhas *pisca-pisca* viajarão de avião para o Rio [...]”⁶⁹.

Nos documentos de Ruschi aos quais tive acesso, não há uma menção sequer aos prometidos vagalumes para iluminar a cidade maravilhosa. Em relação à campanha de repovoamento de beija-flores, porém, há farto material que cobre pelo menos duas décadas de atividades, de cuja leitura pude concluir que a dita campanha se destinava tanto à proteção dos beija-flores, quanto ao embelezamento e lazer público e privado – fosse por meio da instalação de viveiros em praças e jardins municipais⁷⁰, ou por meio de sua instalação em propriedades particulares.

Para sustentar uma “campanha” longa como essa e fornecer, além do *know-how* e da mão de obra empregados na instalação dos viveiros, as próprias aves que inicialmente os habitariam, supõe-se que seria necessária a existência de um “estoque” de beija-flores reproduzidos em cativeiro ou, então, uma técnica bastante apurada para capturá-los/atrá-los em grande quantidade na natureza. Sobre isso, Ruschi deu as seguintes informações:

[...] assim o fizemos para todos que nos solicitaram, jamais fizemos venda dos mesmos, e para melhor ter uma ideia do montante, já distribuimos cerca de dezesseis mil exemplares vivos não só para o Brasil, mas para todos os continentes. [...] Já serão eles semi-domesticados, pois todos são frutos de minhas criações, aqui no Parque onde resido, que é o Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, que é um Instituto de Pesquisas Biológicas, particular, que infelizmente nunca foi subvencionado por Governos, seja Municipal, Estadual ou Federal [...]. ⁷¹

225

Segundo Ruschi, a introdução dessas aves em determinada localidade deveria ser precedida pelo levantamento de quais espécies a habitam ou habitavam – “a fim de que somente espécies com garantia de vida e manutenção do equilíbrio biológico devem ser introduzidas e observadas, já que o mesmo fora alterado e seria restabelecido”. Por outro lado, a alternativa possível ao fornecimento de aves “semi-domesticadas” no MBML, seria atrair beija-flores da região com uma oferta abundante de alimento no local a ser repovoado, a partir do plantio de espécies botânicas melíferas, bem como de solução caseira feita com água e açúcar em proporção adequada.⁷²

Se o MBML fornecia a expertise e a técnica para atrair beija-flores ou se fornecia as aves já domesticadas – ou, se ambos –, o fato é que a prática do repovoamento de beija-flores nas mais diferentes latitudes brasileiras foi fundamental para Ruschi preencher uma lacuna de pesquisa que, segundo ele, havia na literatura sobre o tema da migração e distribuição geográfica dessas aves. Para tanto, procedeu à observação sistemática desse fenômeno, a partir da instalação de “células” de repovoamento em todo o território nacional (em 1967, eram 283 unidades), e do anilhamento das aves capturadas, as quais eram observadas em todas as estações do ano e classificadas segundo espécie, estado da plumagem, sexo e idade. Assim procedendo, esperava que após 5 anos de observações seguidas pudesse classificar as espécies em grandes migratórias (que se deslocavam para células distantes mais de 2.000 km), pequenas migratórias (se deslocavam até 500 km) e sedentárias (até 50 km), bem como estabelecer o roteiro de migração dessas espécies.

Em 1936, tive a ideia de dar início ao repovoamento com beija-flores em muitas regiões do país, visando com a implantação dessas localidades que denominei de células, ou áreas de repovoamento, iniciando em alguns pontos do Estado do Espírito Santo: Santa Teresa, Vitória, Colatina e em 1943, no Parque da Cidade, no então Distrito Federal, no Rio de Janeiro, [...] São Paulo, Paraná e outros, até que em maio de 1956, com a cooperação dos Diários Associados, na pessoa do Dr. Assis Chateaubriand, pude ampliar esse plano de trabalho, com maior proveito; porque, ao lado da estética que os beija-flores vieram emprestar aos jardins residenciais, das cidades ou sedes de fazendas, em tantos lugares do Brasil, serviram de fonte inesgotável para os estudos [...]. Também a cooperação da National Geographic Society, [...] de 1962 a 1966 [...].⁷³

Na citação acima, além da colaboração da *National Geographic Society*⁷⁴, aparece com destaque o apoio de Chateaubriand para as pesquisas de Ruschi – apoio este provavelmente conferido no âmbito da campanha de repovoamento de beija-flores que determinados jornais lhe atribuíam a paternidade, conforme visto acima. Temos aqui, portanto, mais uma vez a articulação entre pesquisa científica, apoios institucionais, interesses públicos e privados. Aliás, o vínculo institucional entre os *Associados* e o MBML foi além das contribuições para esse projeto, e envolveu a doação, no início de 1958, de 100 mil cruzeiros para a compra de 290 mil m² de matas virgens, terreno que viria a conformar, segundo Ruschi, a 1ª Estação Biológica do MBML⁷⁵ – possivelmente, a reserva que corresponde hoje à “Estação Biológica de São Lourenço”, ou “da Caixa D’água”, com área de 22 hectares, localizada no perímetro urbano da cidade de Santa Teresa⁷⁶ – destinada a estudos e conservação da Mata Atlântica.

A propósito dos trabalhos para a conservação da natureza, as pesquisas e atividades desenvolvidas no MBML podem ser inseridas nos marcos da tradição conservacionista desenvolvida no Brasil entre os anos 1920-1970, cujas principais temáticas – de pesquisa, mas também de reivindicações políticas e de organização civil – giraram ao redor do uso racional dos recursos naturais, do combate ao desperdício, preservação do patrimônio natural para o usufruto das gerações presentes e futuras. No Brasil, sua marca característica foi a defesa de políticas públicas destinadas à criação de parques naturais e reservas biológicas de proteção integral da fauna e flora, a fim de preservar espécies raras ou ameaçadas de extinção, bem como os estoques genéticos animais e vegetais em seu estado de “natureza primitiva” para estudos futuros. Os principais nomes ligados a essa tradição foram, entre outros, os de Cândido Firmino de Mello Leitão, Frederico Carlos Hoehne e Álvaro José de Sampaio (geração de 1920-1940, especialmente vinculada ao Museu Nacional); Wanderbilt Duarte de Barros, Alceo Magnanini, José Candido de Melo Carvalho, Maria Teresa Jorge Pádua e Paulo Nogueira Neto (geração de 1950-1970, ligada principalmente à Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza – FBCN)⁷⁷.

Dessa maneira, desenvolvendo pesquisas em ecologia e militando no campo da conservação de florestas primárias e de espécies ameaçadas de extinção, o MBML inauguraria no Espírito Santo o que mais tarde ficaria conhecido como biologia da conservação⁷⁸ – embora esse campo específico da biologia só tenha sido institucionalizado no ensino superior capixaba a partir de 2007, com a criação do curso de pós-graduação em Biodiversidade Tropical (CEUNES/UFES)⁷⁹. Quase 60 anos antes, Augusto Ruschi já chamava a atenção pública para o problema da extinção de espécies animais e vegetais, relacionando-a diretamente à ação do homem sobre os ecossistemas⁸⁰ e, formalizando essa preocupação em termos institucionais, criou um programa de “Proteção e conservação da natureza e dos seus recursos”, publicado em 5 fascículos do BMBML, entre 11/6/1951 a 11/9/1952, e executado em 1959 nas dependências do Museu⁸¹.

Desse modo, ao lado das pesquisas com beija-flores, o MBML tornou-se também uma referência em estudos sobre a conservação da Mata Atlântica. Aliás, após a morte de seu fundador, em 1986, esta segunda área de estudos foi de tal maneira privilegiada, que atualmente constitui o traço de singularidade da instituição. Recentemente, essa “nova identidade” – uma herança, afinal, da própria filiação conservacionista de Ruschi – ganhou fôlego durante o processo de transferência da estrutura patrimonial e administrativa do Museu da tutela do Ministério da Cultura para o da Ciência e Tecnologia – processo este iniciado algumas décadas depois de sua transferência para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 1984, motivada pelo próprio Ruschi⁸².

Conclusão

O processo de institucionalização das ciências biológicas no estado do Espírito Santo levado a cabo por meio das redes pessoais, políticas e institucionais costuradas pelo cientista Augusto Ruschi e materializadas no espaço do Museu Mello Leitão nos revela a intersecção entre práticas científicas, redes políticas, demandas econômicas, interesses profissionais, projetos de conservação da natureza. Nessa tarefa, Ruschi soube mobilizar diferentes apoios privados e estatais, tanto por meio do gosto e entusiasmo de muitos benfeitores pela criação de beija-flores; do prazer e da fruição estética que a natureza domesticada em viveiros, praças e jardins proporcionava a particulares e transeuntes; mas também por meio do interesse utilitário do Estado em conhecer as riquezas naturais existentes nos rincões até então desconhecidos do seu território. Chama a atenção, sobretudo, o modo como Ruschi soube instrumentalizar os novos conhecimentos biológicos também para responder a demandas socioeconômicas voltadas, por exemplo, para a atividade pecuária (controle da raiva bovina) e para a indústria madeireira (inventário de essências florestais capixabas), conciliando-os com suas funções de naturalista do MNRJ ou, eventualmente, de encarregado do poder público.

Nesse processo, soube, ainda, aproveitar as oportunidades advindas de sua própria inserção no MNRJ e no Governo local – ou, melhor seria dizer, soube criá-las – para erguer sua própria instituição e, a partir dela, consolidar e difundir um modo específico de conceber a natureza – uma natureza a ser em parte protegida (reservas de matas nativas), em parte explorada (científica e economicamente, desde que de maneira racional) e em parte “humanizada” nas paisagens de viveiros, praças e jardins povoados por beija-flores domesticados – grandes aliados na manutenção da grande diversidade biológica característica do bioma mais estudado por Ruschi: a Mata Atlântica.

Por outro lado, a atração que o MBML exerceu ao tempo de Ruschi sobre pesquisadores de todos os cantos do mundo e, afinal, sobre a sociedade de um modo geral fez com que aquele empreendimento individual pudesse se prolongar no tempo, ultrapassando o limite efêmero da vida de seu fundador, para se transformar em um espaço público de produção/circulação de ideias e produtos científicos voltados para a conservação da Mata Atlântica, integrando novas visões de natureza, novas descobertas, novos interesses.

227

Notas e referências bibliográficas

Alyne dos Santos Gonçalves é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS-UFES) e Bolsista de Pós-Doutorado no Instituto Nacional da Mata Atlântica (INMA) / MCTIC. E-mail: alyneazul79@gmail.com.

- 1 Ofício nº 96-1952, de 21 de janeiro de 1952, de Augusto Ruschi ao Governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves, relativo ao financiamento público conquistado pelo Museu Mello Leitão para a construção de um lago para anfíbios em suas dependências. Documento inventariado no *Fundo Augusto Ruschi*, do Museu de Biologia Mello Leitão, Santa Teresa-ES, sob o código: BR.ES.INMA.AR.COR C
EN.44. Atualmente, este Fundo encontra-se em processo de tratamento arquivístico, sendo que muitos documentos – incluindo alguns aqui utilizados – ainda carecem de codificação.
- 2 Confere: PRESTE, Dominique. Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens. *Cadernos IG/ UNICAMP*, v. 6, n. 1, p. 3-56, 1996; DEBUS, Allen G. Ciência e história: o nascimento de uma nova área. In: ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; BELTRAN, Maria Helena Roxo (orgs.). *Escrevendo a História das Ciências: tendências, propostas e discussões historiográficas*. São Paulo: EDUC/Livraria Editora da Física/Fapesp, 2004, p. 13-39; FIGUEIRÔA, Sílvia F. de M. A Propósito dos Estudos Biográficos na História das Ciências e das Tecnologias. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, v. 4, n. 4, ano 3, p. 1-14, jul-set., 2007; Idem. Para pensar as vidas de nossos cientistas tropicais. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (Orgs.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 235-246.
- 3 PRESTE, op. cit., 1996, p. 17-18.
- 4 DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. In: HEIZER & VIDEIRA, op. cit., 2001, p. 230.
- 5 Sobre o surgimento dos primeiros institutos de pesquisa científica no Brasil, consultar DANTES, op. cit., 2001; DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Institutos de Pesquisa Científica no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo (coord.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, v. 2, p. 341-380; LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rotschild; Brasília: Ed. UnB, 2009.
- 6 DANTES, op. cit., 1980, p. 343. Observações e descrições da natureza brasileira já vinham sendo produzidas desde os primeiros séculos coloniais. Entretanto, a vinda da família real portuguesa para o Brasil impulsionou um movimento mais sistemático de exploração naturalista, em grande parte financiado pela Coroa. Um dos marcos desse empreendimento foi a criação, em 1818, do Museu Real – depois, Museu Nacional –, a primeira instituição

no Brasil voltada exclusivamente ao estudo das ciências naturais. Sobre o surgimento da tradição naturalista na Europa do século XVIII, ver THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800). São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

- 7 A Universidade Estadual do Espírito Santo foi criada em 1954 e federalizada em 1961. Em abril de 1964, foi criado o Curso de Ciências Biológicas, tendo sido reconhecido pelo Ministério da Educação seis anos depois, por meio do Decreto n. 66.477, de 23 de abril de 1970. Informação disponível em <<http://www.cienciasbiologicas.ufes.br/hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- 8 FIGUEIRÔA *apud* LOPES, 2009, op. cit., p. 21-22.
- 9 MELLO LEITÃO, Candido de. *A Biologia no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. Coleção Brasileira, série 5, v. 99, 1937.
- 10 Confere: DUARTE, Regina Horta. *A Biologia Militante*: o Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil – 1926-1945. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. Ver também SANGULAR, Gisele. *Entre os salões e o laboratório*: Guilherme Guinle, a saúde e a ciência no Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008; e DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo*: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- 11 A expressão é do diretor do MNRJ, João Batista Lacerda (1895-1915), citado por DANTES, op. cit., 1980, p. 347. O início desse processo de transição pode ser localizado na administração de Ladislau Neto (1875-1894), na esteira da criação do Laboratório de Fisiologia Experimental (1880), onde começaram a ser desenvolvidas experiências pioneiras sobre veneno de animais, plantas tóxicas, fisiologia do clima, do café, do cérebro de cães e macacos, etc. A tônica nas pesquisas experimentais ganhou força durante a administração do citado J. B. Lacerda, quando o referido laboratório, a partir das descobertas de Pasteur, passou a se dedicar ao estudo dos seres microscópicos e ao desenvolvimento de vacinas, tornando-se também um laboratório bacteriológico. Ver também LOPES, op. cit., 2009, p. 180-181.
- 12 DUARTE, op. cit., 2010, p. 140. Ainda segundo essa autora, a profissão de biólogo surgiu apenas a partir de sua regulamentação pela Lei 6.684, de 03 de setembro de 1979 (*ibidem*, p. 181).
- 13 No ofício n° 88-951, de 24 de setembro de 1951, ao Governador Jones dos Santos Neves, aparece explicitada a principal finalidade do MBML: “O Museu de Biologia ‘Prof. Mello-Leitão’ [...] além de ter representado em suas coleções a Fauna, a Flora, a Mineralogia e Paleontologia, exclusivamente do E. E. Santo, o seu principal objetivo é o de estudar todo este material que se encontra no E. Santo e para isto já está em pleno intercâmbio cultural científico, com remessa de material das citadas ciências, para os especialistas de maior renome universal [...]”. *Fundo Augusto Ruschi...* código: BR.ES.INMA.AR.COR.CEN.40.
- 14 “O Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, na conformidade dos seus dispositivos estatutários, art. 16 de cap. IV – Dos Cursos Públicos e Conferências, diz: O ensino científico, a que é destinado o Museu, será dado em cursos públicos e gratuitamente por meio de preleções [...]”. RUSCHI, Augusto. Programa para o curso de Proteção e Conservação da Natureza e dos seus Recursos. *Boletim do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão*, série Proteção à Natureza, n. 7, Santa Teresa-ES, 11 jun. 1951, p. 1.
- 15 No início dos anos 1950, Ruschi produziu vários artigos sobre observações e experiências que vinha realizando com diversas espécies de morcegos do Espírito Santo – em especial, de morcegos hematófagos, transmissores do vírus da raiva –, as quais envolviam coleta de sangue, exames laboratoriais de fezes e bolo estomacal, observação comportamental de indivíduos encerrados em cativeiro, etc. Tais estudos deram origem a uma colaboração entre o MBML, o Instituto de Biologia Animal do Ministério da Agricultura e a Divisão Animal da Secretaria de Agricultura do Estado do Espírito Santo para o desenvolvimento de um programa de combate biológico aos vetores da raiva bovina. Segundo ele, a importância econômica representada por essas pesquisas pioneiras justificaria a manutenção da verba federal de Cr\$ 3.000.000,00, a elas destinada: “[...] em 1956, só no Rio Grande do Sul dizimou[-se] mais de 50 mil rezes bovinas, e é atualmente calculado no Brasil um número superior a 200 mil rezes bovinas anuais, as vítimas dessa zoonose” (carta ao deputado federal Mario Martins, de 11 de janeiro de 1961. *Fundo Augusto Ruschi...* sem codificação). Ver também RUSCHI, A. Dois casos de sanguivorismo de *Desmodus rotundus rotundus* e *Diphylla ecaudata* no homem e outras observações sobre os quirópteros hematófagos e acidentalmente hematófagos. *BMBML, Série Biologia*, n. 13, 07 out. 1953.
- 16 Em carta a Heloísa Alberto Torres, de 4 de setembro de 1943, Ruschi teceu o seguinte comentário, a propósito de uma conversa com o Dr. Lauro Travassos, do Instituto Oswaldo Cruz: “De fato o que menos eu de fazer [no trabalho sobre] orquídeas será a systematica porque, considero isto uma verdadeira banalidade, considero mesmo uma cousa que futuramente seja cousa para criança; [...] costume fazer a sistemática de um grupo, quando estou com a bibliografia completa, como si estivesse a distrair-me quando aos sete anos colecionava selos” (*Fundo Augusto Ruschi...* código: BR.ES.INMA.AR.COR.CEN. 2).
- 17 “No meu tempo o que eu queria fazer era Biologia. No Brasil não tinha. Então, todo mundo, para fazer ciências, esses pesquisadores do Instituto Oswaldo Cruz, do Museu Nacional, faziam Medicina, que era mais ligada à biologia. Ou Agronomia. [...] então eu fiz Agronomia que era quatro anos. [...] eu fui a Viçosa [MG] fazer o vestibular. Lá em Viçosa criaram mais um ano. De quatro passaram para cinco. E eu fui pra Campos. [...] Porque não davam bolsas de estudos para os cinco anos”. RUSCHI, A. *Pasquim informa*: Entrevista com Augusto Ruschi [outubro de 1977]. Entrevista concedida a Marcelo Cruz, Luiz Antônio Mello e Rosental Calmon Alves. Disponível em: <http://ronaldmansur.blogspot.com.br/search?q= Augusto+Ruschi>. Acesso em: 14 jun. 2015.
- 18 Em 06 de outubro de 1939, Ruschi obteve a inscrição de assistente voluntário da Seção de Botânica do Museu Nacional e, em 28 de maio de 1943, assinou contrato como extranumerário mensalista para desempenhar a função de botânico e “realizar excursões periódicas de estudos sobre Biologia de Beija-Flores e Polinização de Orquídeas no município de Santa Tereza, estado do Espírito Santo, até 31-12-1943”. Sua efetivação como botânico do Museu Nacional veio apenas em 02 de dezembro de 1953, através da Portaria n. 196, do Ministério da Educação e Cultura. Cf. Livro de admissões e contratos do Museu Nacional, depositado na Seção de Arquivo e Memória do MNRJ.
- 19 Em 1937, Ruschi recebeu a visita do entomólogo italiano Filippo Silvestri e do zoólogo Candido de Mello Leitão em seu laboratório improvisado na propriedade de seu pai – a Chácara Annita, que anos mais tarde se transformaria no Museu Mello Leitão. Nessa ocasião, ambos os cientistas teriam ficado positivamente impressionados com as coleções de milhares de insetos, acomodados e classificados em centenas de “caixinhas” pelo jovem Ruschi. Posteriormente, o secretário de Agricultura, Terras e Obras, Carlos F. M. Lindenberg, pediu que o compadre Mello Leitão indicasse o rapaz para ingressar no MNRJ. Confere: ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg* – um estadista e seu tempo. Vitória, ES: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p.156.
- 20 RUSCHI, op. cit, 1977.
- 21 Anos depois, Ruschi mantinha-se firme em sua decisão. Em carta de 30 de dezembro de 1969 ao amigo Aloysio de Mello Leitão – professor de zoologia da UFRJ, filho de Cândido Firmino de Mello Leitão –, relatando sua progressão funcional para o cargo de Professor Titular, o capixaba demonstrou desagradar-se da ideia de ter uma presença mais constante no Museu Nacional: “[...] estou aguardando o resultado da reestruturação dos vencimentos, uma vez que fui

- para titular; apenas espero que não me convoquem para assumir uma cátedra, pois se essa tivesse que ser, seria para o meu velho projeto: curso de pós-graduação em: Orquidologia (Botânica) e Ornitologia (Zoologia) aqui no Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, onde espero montar esses dois laboratórios, porque estou certo que, especialmente em relação ao primeiro não há no Brasil local igual, pois as florestas guardam ainda todo um segredo, com relação ao complexo ecológico relacionado com essas plantas, de que o Município de Santa Teresa possui 33 Subtribus das 36 assinaladas para o Brasil e 135 dos 205 conhecidos também para o Brasil. Aves temos 709 espécies das 2.300 do Brasil; o que sem dúvida é a maior credencial para isso”.
- 22 Carta de Aloysio de Mello Leitão para Augusto Ruschi, de 9 de março de 1949, *Fundo Augusto Ruschi*, código: BR.ES.INMA.AR.COR.CRN.44.
- 23 Pierre Bourdieu criticou a ideia de “comunidade científica” por compreender o que chamou de “campo científico” como um lugar de luta concorrencial entre *dominantes* (aqueles que ocupam as posições mais altas na estrutura do campo) e *dominados* ou novatos (os ocupantes das posições mais baixas) pelo monopólio da *autoridade ou competência científica* (capacidade técnica e poder social), por meio do qual conquistam legitimidade para falar e agir. O objetivo dessa luta é, pois, acumular *crédito científico* – uma espécie particular de capital simbólico, não-monetário, relacionado ao *reconhecimento* dos pares-concorrentes, o qual, por sua vez, é conferido em função do valor distintivo e da originalidade dos produtos elaborados – atributos que cobram rapidez e produtividade, ou seja, publicação: o capital de autoridade conferido por uma descoberta é monopolizado por aquele que primeiro descobriu o fato ou aquele que o tornou conhecido e reconhecido. Confere: BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.). *Bourdieu – Sociologia*. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, p. 122-155, 1983; BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência*: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- 24 Confere: MEDEIROS, Rogério. *Ruschi: o agitador ecológico*. Rio de Janeiro: Record, 1995; RUSCHI, Augusto. *Curriculum Vitae*. Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo; Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1983.
- 25 Em carta enviada em 23 de janeiro de 1970 à amiga e ex-professora Maria Stella de Novaes, na qual contava sobre como era visto por seus pares no início de sua carreira de naturalista, em 1943, Ruschi relatou que comparavam-no a “um jacarandá precioso, tombado no chão das florestas do E. Santo”, pois que conhecia muito, mas nada publicava. Com o passar dos anos, passou a publicar tanto que logo alcançou o posto de 2º cientista que mais publicava, conforme reconhecido pelo *Repertório de Cientistas Brasileiros – Zoologia e Ciências Correlatas*, do Conselho Nacional de Pesquisas, de 1967. A importância conferida por Ruschi a esta colocação foi ainda mencionada em uma carta de 20 de fevereiro de 1968, endereçada ao marechal José Monteiro Lindenberg, vice-presidente da Companhia Vale do Rio Doce, e irmão do então senador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg. Documentos presentes no *Fundo Augusto Ruschi...* sem codificação.
- 26 RUSCHI, A. Histórico e Fundação do Museu. *BMBML – Número Comemorativo do XXX Aniversário*, 26 jun. 1979.
- 27 São os casos, por exemplo, de Lauro Travassos, J. F. Teixeira de Freitas, J. Machado de Mendonça e Paulo E. Burheim, que publicaram seus relatórios das excursões do Instituto Oswaldo Cruz ao Parque de Reserva e Refúgio Animal de Soóretama nos boletins de 18 fev. 1954 (s. Zoologia, n° 23) e de 16 jun. 1967 (s. Zoologia, n. 31); e de Peter Weygoldt (Biologisches Institut der Albert-Ludwigs-Universität, Freiburg, Alemanha), que publicou suas descobertas sobre o comportamento reprodutivo de *Hemipipa carvalhoi*, espécie encontrada no município de Serra-ES (s. Zoologia, n. 74, 10 out. 1973).
- 28 É o caso de publicações derivadas da parceria entre a Estação de Biologia Marinha do MBML, em Santa Cruz, e o Deptº Zoologia do Inst. Biologia da UFRJ na área de biologia marinha, que redundaram nos trabalhos de Maria Júlia da Costa Belém e Jane da Cruz Preslercravo, sobre a fauna de cnidários do ES (s. zoo, n. 80, 16 dez. 1973); e de Fausto Luiz de Souza Cunha, Mario Moreira, Tereza Cristina Sauer de Ávila Pires e Maria Margareth Pompílio Silva da Hora, sobre os equinóides e a variação do nível do mar no holoceno (s. zoo, n. 101, 14 maio 1982).
- 29 É o caso de Jacques Vieliard (Deptº Zoologia da UNICAMP), que publicou o “Catálogo sonográfico dos cantos e piados dos beija-flores do Brasil, 1”, s. Biologia, n. 58, 10 jan. 1983, a partir do trabalho pioneiro de Ruschi sobre as manifestações sonoras dessas aves.
- 30 Parecer de Luiz Emygdio de Mello Filho e José Oiticica Filho à diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres. Seção de Arquivo e Memória/MNRJ, Botânica, Correspondência 1915-1951, 1938-1950, DB 8, 22 de dezembro de 1944.
- 31 Carta de Heloísa A. Torres para Augusto Ruschi, de 20 de agosto de 1951, contendo a reprodução de parte do parecer de J. Moojen, datado de 7 de agosto do mesmo ano. *Fundo Augusto Ruschi...* código: BR.ES.INMA.AR.COR.CRN.95.
- 32 Cf. troca de correspondências entre Augusto Ruschi e Heloísa Alberto Torres, em setembro de 1951, no *Fundo Augusto Ruschi...* códigos: BR.ES.INMA.AR.COR.CRN. 101, BR.ES.INMA.AR.DIR.PES.BFLO.73 e 302.
- 33 RUSCHI, A. Novo caso de híbrido entre os trochilídeos *Thalurania glaucopis* x *Melanotrochilus fuscus*. *Boletim do Museu Nacional*, Nova Série, Zoologia, n. 24, 10 set. 1944.
- 34 Carta de A. Ruschi ao governador Francisco Lacerda de Aguiar, de 16 de maio de 1964; e carta de A. Ruschi ao governador Christiano Dias Lopes Filho, de 20 de agosto de 1968; ambos presentes no *Fundo Augusto Ruschi...* sem codificação.
- 35 Carta de A. Ruschi a José Candido de Mello Carvalho, de 25 de fevereiro de 1977, presente no acervo do *Fundo Augusto Ruschi...* sem codificação.
- 36 Para mais informações sobre os conflitos socioeconômicos em disputa pela apropriação dos recursos naturais no Espírito Santo, entre os anos 1940-2000, ver SANTOS, Leonardo Bis dos. *A criação de unidades de conservação no Espírito Santo entre 1940 e 2000*: contextualização, conflitos e redes de interesse na apropriação social do meio ambiente. Vitória, UFES, 2016. 347 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas – Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.
- 37 Idem. Ver também: BORG, Ivan; ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga; PACHECO, Renato José Costa. *Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento (1810-1960)*. Vitória: Edufes, 1996.
- 38 Há um informe de 1767 do engenheiro José Antônio Caldas sobre a exportação de madeiras do Espírito Santo para a Bahia, revelando a existência de uma indústria madeireira incipiente, com informações de corte indiscriminado de árvores em Itabapoana, Santa Cruz, Linhares, Guarapari e Benevente. Essa situação ainda preocupava as autoridades na virada do século XIX, tanto assim que o governador Antônio Pires da Silva Pontes Leme teria proposto ao Conde de Linhares, em 1800, a criação de um parque real em Regência, no norte da capitania. Em 1847 e 1848, os presidentes da Província do Espírito Santo – respectivamente Couto Ferraz e Pereira Pinto – reconheceram em relatórios de governo a grande importância do corte de madeiras para a economia provincial, mas também expressaram preocupação quanto o perigo de escassez do produto, dado a falta de cuidados em sua extração e seu mau aproveitamento. Confere: BORG, ROSA & PACHECO, op. cit., 1996, p. 37.
- 39 Confere: FRANCO, José Luiz A.; DRUMMOND, José Augusto. História ambiental e a conservação da natureza. In: FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. et al (orgs.). *História ambiental*: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 333-366.

- 40 Confere: BORG, ROSA & PACHECO, op. cit., 1996; SANTOS, op. cit., 2016.
- 41 Confere: GONÇALVES, Aylene dos Santos; FURTADO, Marcello França. *Catálogo do acervo textual de Augusto Ruschi no Instituto Nacional da Mata Atlântica (Museu de Biologia Prof. Mello Leitão)*. Vila Velha: Above publicações, 2015, p. 352.
- 42 RUSCHI, op. cit., 1979, p. 158. Na verdade, Ruschi sugeriu a criação de sete reservas biológicas, mas, como ele próprio explicou, havia uma “avalanche de requerimentos de terras em andamento nessas áreas”, de modo que só foi possível proceder à demarcação de quatro delas (RUSCHI, A. As Reservas Florestais e Biológicas do E. E. Santo. O critério adotado para a denominação dos córregos nelas existentes... *BMBML*, série Proteção à Natureza, n° 2, 6 set. 1949, p. 03). Ver também: SANTOS, op. cit., 2016.
- 43 Decreto n. 55, de 20 de setembro de 1948, *Fundo Augusto Ruschi...* código: BR.ES.INMA.AR.SEV.SAG.02. Ver também RUSCHI, A. As Reservas Florestais e Biológicas do Estado do Espírito Santo e a Proteção à Natureza. Atos oficiais de sua criação. *BMBML*, série Proteção à Natureza, n. 1 A, 26 jun. 1949.
- 44 Confere: documentos catalogados no MNRJ, Seção de Memória e Arquivo Histórico, sob os códigos: RA 296 D 296, p. 154, 194, 201, 294 e 361; DA 291, f. 21v e Ofícios n. 410 de 21 de maio de 1965, n. 414 de 24 de maio de 1965 e n. 276 de 23 de maio de 1966.
- 45 Confere: RUSCHI, op. cit., 1983, p. 7; e relatório de excursões científicas realizadas entre 1937 e 1945, enviado por Heloísa A. Torres para a conferência e complementação de Ruschi, em 13 de julho de 1945, presente no *Fundo Augusto Ruschi...* código: BR.ES.INMA.AR.COR.CRN.7.
- 46 Nos anos 1940, Ruschi já se destacava como “exímio coletor” de animais e plantas do Espírito Santo, os quais fornecia, em caráter de doação ou permuta, para jardins zoológicos e centros de pesquisa de todo o mundo, conforme registrou a carta escrita por Henrique Lahmeyer de Mello Barreto, Superintendente do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro, em 09 de maio de 1947, na qual agradeceu ao capixaba as doações de animais (*Fundo Augusto Ruschi...* BR.ES.INMA.AR.COR.CRN.17). Outras correspondências que vão no mesmo sentido são as de código BR.ES.INMA.AR.COR.CRN.22, 56 e 99, escritas entre 1948 e 1951, entre outras.
- 47 Em resposta ao ofício n. 1103, de 13 de setembro de 1961, Ruschi esclareceu ao Diretor da Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, Emilio Varoli, em 22 de setembro do mesmo ano, que fazia captura e colecionamento de material botânico e zoológico enquanto naturalista do Museu Nacional, os quais eram incorporados às coleções desta instituição e que pretendia conseguir as permissões necessárias para proceder da mesma maneira em relação ao MBML: “Com referência ao Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, temos o interesse de fazer sua respectiva inscrição para poder gozar dos direitos de capturar, criar e distribuir beija-flores, em seu nome, pelas regiões do país”. Se, por um lado, esse documento revela algum nível de dependência institucional do MBML em relação ao MNRJ para a execução de determinadas atividades, por outro, revela também a existência de uma linha tênue que separava – ou confundia – os materiais coletados que deveriam ser destinados a uma e/ou à outra instituição.
- 48 Cópias digitais de correspondências trocadas entre Ruschi e Sick me foram gentilmente cedidas pelo historiador Everaldo Pereira Frade, servidor do Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), a quem agradeço penhoradamente. Na ocasião, este profissional trabalhava na leitura exploratória do acervo de Helmut Sick que havia sido doado àquela instituição para ser inventariado e conservado. Como este trabalho está em curso, a referida documentação ainda não está catalogada e disponível ao público.
- 49 MNRJ, Seção de Memória e Arquivo Histórico, Coleção Heloísa Alberto Torres, BR.MN.HAT.O, caixa 10.
- 50 Cartas de A. Ruschi ao Dr. Luiz de Castro Faria e ao Dr. José Lacerda de Araújo Feio, de 03 de março e de 03 de junho, respectivamente, presentes no *Fundo Augusto Ruschi...*
- 51 A Estação Biológica de Santa Lúcia – cujo núcleo inicial era denominado Estação Biológica do Museu Nacional – constitui parte fundamental da estrutura do MBML e foi utilizada por Ruschi desde 1939 para o desenvolvimento de pesquisas em botânica, zoologia e ecologia. Localizada em Santa Lúcia, no município de Santa Teresa, possui terras sob o domínio do MBML, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Sociedade de Amigos do Museu Nacional, estando sob os cuidados do primeiro. Confere: MENDES, Sérgio Lucena; PADOVAN, Maria da Penha. A Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa Teresa, Espírito Santo. *BMBML*, Nova Série, n. 11, p. 7-34, jun. 2000.
- 52 MNRJ, Seção de Memória e Arquivo Histórico, Coleção Heloísa Alberto Torres, BR.MN.HAT.O, caixa 10, envelope 10.3, destaques meus.
- 53 Conferir, entre outros, o ofício da Delegacia Fiscal no Espírito Santo para A. Ruschi, de 21 de junho de 1955, informando sobre o crédito de Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) concedido pelo Ministério da Educação e Cultura ao MBML; e o ofício do “procurador” A. Pereira, de 23 de novembro de 1963, oferecendo seus serviços ao cientista para o processamento das diligências necessárias ao pagamento da subvenção de Cr\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros) ao MBML, autorizada por emenda parlamentar de iniciativa do Deputado federal João Calmon. *Fundo Augusto Ruschi...*
- 54 Ofício n° 81-6-51 de A. Ruschi ao Governador Jones dos Santos Neves, de 28 de junho de 1951. *Fundo Augusto Ruschi...* código: BR.ES.INMA.AR.COR.CEN 33.
- 55 Ofício de Oswaldo Zanella, Secretário da Agricultura, para A. Ruschi, de 10 de dezembro de 1956; Ofício de A. Ruschi para o Governador Carlos F. M. Lindenberg, de 08 de fevereiro de 1960. Documentos sem codificação, presentes no *Fundo Augusto Ruschi...*
- 56 Desde sua fundação em 1949 até o ano de 1984, o MBML era aberto à visitação pública às quintas-feiras. Segundo Ruschi, a média anual de visitação era de 20 mil pessoas, tendo sido interrompida algumas poucas vezes em razão de depredação e vandalismo de suas dependências (1976) e de destruição ocasionada por fortes chuvas e inundações (1979). RUSCHI, A. O Museu de Biologia Prof. Mello Leitão. *BMBML*, s. Divulgação n° 46, 06 de junho de 1984, p. 6.
- 57 Em 1953, Ruschi inaugurou um ritual cívico que consistia no plantio de uma árvore de espécie regional no parque do MBML pelo visitante ilustre que para ali vinha movido pela curiosidade em observar de perto suas experiências com beija-flores. Até 1984, cerca de 50 mudas haviam sido plantadas, entre outras personalidades, pela primeira dama Lucy Geisel, pelo vice-presidente Augusto Rademacker, pelo Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, pela Princesa Cristina de Bourbon Orleans e Bragança, pelo diretor do *National Geographic* Luis Marden, pelo Lord de Quincey da Inglaterra, pelo Presidente da Suprema Corte do Vaticano Luigi Staffa, pelo antropólogo Gilberto Freyre, entre outros.
- 58 Por exemplo, em 14 de maio de 1955, o Deputado Federal Napoleão Fontenelle escreveu a Ruschi solicitando o envio da conferência sobre Reflorestamento no Rotary Club de Vitória e outras informações sobre reservas florestais, a fim de embasar seu relatório sobre novo projeto de Código Florestal, na Câmara dos Deputados. *Fundo Augusto Ruschi...* código: BR.ES.INMA.AR.COR.CRN.221.
- 59 Ofício n° 104-952, de 24 de maio de 1952, de A. Ruschi ao Governador Jones dos Santos Neves. *Fundo Augusto Ruschi...* código: BR.ES.INMA.AR.COR.CEN.53.
- 60 Confere: RUSCHI, op. cit., 1984.
- 61 Segundo Gisele Sanglard (2008, op. cit., p. 91), as condições necessárias para o estabelecimento da relação de mecenato científico eram: “ele acontece

- na cidade, tem relação direta com a consolidação do poder político e o processo de profissionalização dos saberes [...]; há sempre uma proximidade entre protetores e protegidos; [...] e não ocorre necessariamente uma relação de subordinação entre o mecenas e seus protegidos”.
- 62 RUSCHI, A. Proteção e conservação da natureza e dos seus recursos. Ponto n. 4: noções de ecologia... *BMBML*, s. Proteção à Natureza, n. 11, 11 set. 1952, p. 1.
- 63 PESSALI, Hélio. Santa Teresa: a paz ao redor das matas. *Jornal do Brasil*, 11 maio 1972, p. 6.
- 64 RUSCHI, A. A coleção viva de Trochilidae do Museu de Biologia Prof. Mello Leitão, nos anos 1934 até 1961. *BMBML*, s. Biologia n. 30, 26 jun.1961, p. 1.
- 65 Confere: RUSCHI, A. A polinização realizada pelos trochilídeos, a sua área de alimentação e o repovoamento. *BMBML*, s. Biologia, n. 2, 22 nov.1949; A técnica para obtenção de sangue dos trochilídeos e laboratório, sem sacrificá-los e alguns dados biológicos. *BMBML*, s. Zoologia, n. 9, 14 abr. 1950; Métodos de capturar e transportar pássaros vivos à longas e curtas distâncias e alguns tipos de gaiolas e viveiros para mantê-los em condições de reprodução em cativeiro. *BMBML*, s. Divulgação, n. 2, 23 jan. 1960.
- 66 LEMOS, Ubiratan de. O sábio e os colibris. Revista *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano XXVIII, n. 22, 17 mar. 1956, p. 29. Além dessa publicação, destaque, entre muitas outras, as edições das revistas *The National Geographic* (1963) e *Reader's Digest* (1965), as quais renderam grande visibilidade para os trabalhos de Ruschi.
- 67 MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 20.
- 68 Sobre o empreendedorismo cultural de Chateaubriand, registre-se que ele fundou o Museu de Arte de São Paulo (MASP), no final dos anos 1940, tendo coletado fortunas entre os endinheirados brasileiros da época para formar seu acervo inicial. Apaixonado que era por aviões, também criou e movimentou por muitos anos uma campanha pela promoção da aviação civil no Brasil, pressionando por doações de aeronaves no meio empresarial (NOVAIS, 1994, *op. cit.*).
- 69 LEMOS, *op. cit.*, 1956, p. 30.
- 70 A título de exemplo, entre muitos outros, cito o repovoamento encomendado por Darcy de Oliveira Albuquerque, em agosto de 1967, do jardim do Museu Emílio Goeldi, no Pará; o do Jardim Zoológico de Belo Horizonte, inaugurado em dezembro de 1967; o da Ilha Bela, litoral paulista, encomendado pela Prefeitura de São Paulo em junho de 1969; e o da Cidade Universitária da USP, encomendado em maio de 1970. Essas informações foram extraídas das missivas remetidas, respectivamente, a: Darcy de Oliveira Albuquerque, de 28 de agosto de 1967; Rubem Braga, de 07 de dezembro de 1967; Cornélio Procópio de Araújo, de 27 de junho de 1969; José de Mello Moraes Filho, de 26 de maio de 1970 – todas sem codificação, presentes no *Fundo Augusto Ruschi...*
- 71 Carta de 27 de junho de 1969 a Cornélio Procópio de Araújo Carvalho, do Gabinete da Prefeitura de São Paulo. Destaques meus.
- 72 RUSCHI, *op. cit.*, 1949, p. 10.
- 73 RUSCHI, A. Algumas observações sobre a migração dos beija-flores no Brasil. *BMBML*, s. Zoologia, n. 28, 14 fev. 1967, p. 1.
- 74 A organização não governamental *The National Geographic Society* ajudou a financiar algumas atividades de Augusto Ruschi, entre elas uma viagem a Chachapoyas, no Peru, em 1962, a fim de pesquisar espécimes andinas de beija-flores (cf. carta a Paul H. Oehser, editor de publicações científicas do *National Geographic Society*, de 23/12/1966); e alguns números do *BMBML*, com a doação de US\$ 2.000 (cf. carta a Paul H. Oehser, de 13/12/1967). Documentos sem catalogação, presentes no *Fundo Augusto Ruschi...*
- 75 Carta a Assis Chateaubriand, de 14 de fevereiro de 1958. Encontrei diferentes cifras informadas em outras correspondências. Em carta de 23 de fevereiro de 1959 ao governador Carlos Lindenberg, Ruschi afirmou que havia comprado a Estação Biológica do MBML por meio da doação de 400 mil cruzeiros de Assis Chateaubriand. Já em carta a este jornalista, de 17 de outubro de 1962, agradeceu a doação de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), mas não deixou claro qual seria o destino da soma, tendo apenas apresentado uma espécie de relatório de suas atividades de pesquisa pelo mundo para a composição da obra “Beija-Flores do Brasil”.
- 76 Confere: RUSCHI, *op. cit.*, 1984, p. 3.
- 77 Para mais informações sobre o conservacionismo e seus adeptos, ver: FRANCO & DRUMMOND, *op. cit.*, 2009; 2012; DEAN, *op. cit.*, 1996; URBAN, Teresa. *Saudade do matão*: relebrando a história da conservação da natureza no Brasil. Curitiba: Editora da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza; Fundação MacArthur, 1998. A filiação do MBML ao “movimento Conservacionista” foi expressa no boletim publicado em comemoração ao XXX aniversário do museu, em 1979.
- 78 O conceito de “biodiversidade” foi cunhado em 1985, por Walter G. Rosen, do *National Research Council / National Academy of Sciences* (NRC/NAS), no contexto do aumento da preocupação dos ecólogos com a devastação das florestas tropicais e, conseqüentemente, a elevação da taxa de extinção de espécies muito acima do esperado, tendo o homem como principal vetor dessa “catástrofe”. A partir de então, o uso do termo biodiversidade tornou-se mais corrente no jargão científico, tendo sido institucionalizado mundialmente a partir da fundação, também em 1985, da *Society for Conservation Biology* (SCB), e em 1987 da primeira revista de divulgação científica sobre a temática – *Conservation Biology*. Cf. FRANCO, José Luiz de Andrade. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da wilderness à conservação da biodiversidade. Revista *História (São Paulo)*, v. 32, n. 2, p. 22-23, jul./dez. 2013.
- 79 Confere: página oficial do programa de pós-graduação em Biodiversidade Tropical, disponível em: <http://www.biodiversidadetropical.ufes.br/pos-graduacao/PPGBT/hist%C3%B3rico>. Acesso em: 24 jan. 2017.
- 80 RUSCHI, *op. cit.*, 1949, p. 26.
- 81 RUSCHI, A. Proteção e conservação da natureza e dos seus recursos. *BMBML*, s. Proteção à Natureza, n.º 23, 12 de maio de 1959.
- 82 Em 5 de dezembro de 1984, o MBML foi incorporado pela Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), da Secretaria de Cultura do Ministério de Educação e Cultura (MEC). Nas palavras de Ruschi, o que motivou sua decisão de “extinguir” seu museu particular, transferindo toda sua estrutura e coleções àquela instituição federal, foi a ausência de condições financeiras próprias para continuar mantendo esse patrimônio e financiando as pesquisas biológicas, sempre em ritmo de crescimento. Confere: RUSCHI, *op. cit.*, 1984, p. 8-9. Sobre a transferência do museu para o Ministério da Ciência e Tecnologia – a qual redundou na mudança do nome MBML, em 2014, para INMA (Instituto Nacional da Mata Atlântica), consultar documentos presentes na página do movimento social criado para pressionar pela regulamentação da referida transferência – Move INMA: <<http://www.nossacasa.net/moveinma/index.php/autor/moveinma/>>.